

A Cidade como Agitação Social

Pedido de Ajuda de um Geógrafo aos Colegas das Ciências Sociais

João Ferrão*

Resumo: A actual influência do racionalismo científico nas disciplinas de tradição morfo-funcional e do pós-modernismo nas ciências sociais impede uma visão abrangente da complexidade das cidades contemporâneas. Sugere-se, como alternativa, a adopção de uma visão cultural de cidade baseada na seguinte tetralogia: abordagem cognitiva (referencial de fundo), urbanismo do quotidiano (foco analítico), cidade criativa (ideia mobilizadora da mudança) e democracia deliberativa (fonte colectiva de decisão e acção). Esta visão cultural de cidade sublinha o impacte dos factores cognitivos e comportamentais e a importância dos vários recursos culturais (físicos e imateriais) na expansão das cidades e na evolução dos processos de desenvolvimento urbano.

Palavras-chave: interação social; aprendizagem social; abordagem cognitiva; urbanismo do quotidiano; cidade criativa; democracia deliberativa; diálogo interdisciplinar.

Como as bicicletas...

As cidades são como as bicicletas: a sua razão de ser é o movimento. Será com esta metáfora em mente que procuraremos debater, neste texto, as formas mais apropriadas de intervir nas cidades contemporâneas estimulando a mudança.

Do ponto de vista académico, as cidades sempre foram vistas como palcos privilegiados de densidade e diversidade de pessoas, organizações, objectos e ideias. Estes contextos simultaneamente densos e diversos estimulam a interação social, tanto de proximidade como de escala nacional e internacional ou de natureza transnacional. E, por sua vez, a interação social promove a troca e hibridação de informação, conhecimentos e projectos, ou seja, a mudança e a inovação.

É verdade que as cidades são constituídas por comunidades muito distintas, que a diversidade pode ser fonte de conflituosidade e que a fragmentação sócio-urbanística representa um traço recorrente das urbes modernas. Mas, sobretudo em contextos metropolitanos (Ferrão, 2004), a multiplicação de situações individuais de multipresença e multipertença, induzida pela crescente disjunção entre locais de residência, trabalho, consumo e lazer e, de forma mais

genérica, pelo papel central que a mobilidade ocupa nas sociedades contemporâneas, traduz-se, em termos colectivos, pelo reforço das situações de co-presença e co-evolução.

Os processos sociais de interação ganham, assim, uma centralidade reforçada. A mudança nas cidades decorre, mais do que nunca, das redes, dos fluxos e das interações que diariamente vão sendo tecidas, de forma espontânea ou programada, por agentes muito numerosos e guiados por necessidades, valores, interesses e objectivos bem distintos.

Reposicionar a cidade como objecto de estudo

Na maioria das cidades, incluindo as portuguesas, o essencial da expansão urbana observada ao longo do tempo raramente reflectiu as orientações consagradas em planos ou outros instrumentos de política. São, sobretudo, as decisões, públicas e privadas, relativas aos vários tipos de infra-estruturação do solo, desde o saneamento básico às redes viárias, que comandam a forma como as cidades crescem (Graham e Marvin, 2001; Borja, 2003).

* Investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS). Contacto: João.ferrão@ics.ul.pt

Contudo, a mudança nas cidades ultrapassa em muito aquilo que é o tradicional domínio de análise de algumas áreas científicas, como o urbanismo, a arquitectura, a engenharia, a economia, o paisagismo ou mesmo a geografia, preocupadas com a evolução das formas de ocupação, uso e transformação do solo e com a concretização de intervenções de ordenamento do território. A cidade é feita, no dia-a-dia e de forma tácita, por múltiplos agentes, individuais e colectivos, cujas decisões e acções importa conhecer melhor. É a esta cidade além-planos e sem consciência urbana que se torna necessário conferir mais inteligibilidade e maior capacidade de acção colectiva. E é, justamente, neste domínio que as áreas disciplinares de tradição morfo-funcional necessitam de ajuda das ciências sociais.

Historicamente, aquelas áreas disciplinares têm centrado a sua atenção nas morfologias, estruturas, tipologias e relações funcionais que caracterizam e organizam a cidade, recorrendo a modelos de base racionalista. As suas análises revelam, por isso, alguma dificuldade em incorporar explicitamente comportamentos e significados sociais. Daí a necessidade de ajuda externa.

Ora nas últimas duas décadas verificou-se, nas ciências sociais, um recuo do interesse pelas cidades como objecto de estudo. Independentemente das razões, múltiplas e relativamente conhecidas, que justificam a tendência observada, este facto dificulta o estabelecimento de um diálogo activo entre as disciplinas de tradição morfo-funcional e as várias subáreas das ciências sociais em torno das questões urbanas. E esta ponte é tanto mais urgente quanto a crescente complexidade das realidades (que continuamos a apelidar de) urbanas torna particularmente problemática a segmentação analítica resultante do efeito conjugado da especialização temática própria do conhecimento moderno e da fragmentação cognitiva induzida pelos discursos pós-modernos.

Reconhece-se, hoje, a natureza plural das cidades e da vida urbana. Aceita-se, por isso, que o conceito de cidade, as formas de a analisarmos e os modos de nela intervirmos têm de ser revistos. Este texto procura contribuir para esse debate, visando, ao mesmo tempo, recolocar as análises urbanas na agenda da investigação científica e

redignificar a cidade como objecto de estudo e de intervenção das ciências sociais.

Estimular a mudança a partir de uma visão cultural da cidade

Como intervir nas cidades contemporâneas, estimulando a mudança a partir da complexidade e variedade que as caracteriza? A adopção de uma visão cultural da cidade poderá contribuir para responder de forma adequada a esta questão.

Num texto a favor de uma nova política urbana assente na inovação social, isto é, em alterações não só das relações entre pessoas e entre grupos mas também dos modos de satisfação das necessidades humanas, Nussbaumer e Moulaert (2004: 256) defendem dois entendimentos do termo “cultura”. Em sentido lato, cultura designará o conjunto de dinâmicas sociais de comunicação e criação que proporcionam a inovação social. Em sentido estrito, cultura refere-se à criação de valor artístico e de símbolos identitários.

A visão cultural de cidade adoptada no presente texto sublinha o impacte dos factores cognitivos e comportamentais e a importância dos vários recursos culturais (físicos e imateriais) na evolução das cidades e dos processos de desenvolvimento urbano. Aproxima-se, assim, dos dois sentidos de cultura sublinhados por Nussbaumer e Moulaert.

A visão aqui proposta será apresentada a partir de um conjunto de quatro conceitos complementares e que devem ser considerados de forma integrada: abordagem cognitiva, urbanismo do quotidiano, cidade criativa e democracia deliberativa.

A abordagem cognitiva como referencial de fundo

A abordagem cognitiva, desenvolvida a partir do construtivismo social, constitui uma boa alternativa aos dois pólos analíticos hoje prevaletentes em muitos dos estudos sobre a cidade: a abordagem racionalista (predominante nas áreas disciplinares de tradição morfo-funcional) e a abordagem do pós-modernismo (relevante no seio das ciências sociais).

No primeiro caso (abordagem racionalista), a evolução das cidades continua a ser basicamente

interpretada como o resultado de decisões e acções racionais, eventualmente condicionadas, nos casos em que existe informação parcial e conhecimento imperfeito por parte dos decisores, pela interferência de aspectos subjectivos decorrentes de valores e crenças particulares. Neste contexto, a identificação dos factores explicativos subjacentes aos processos de decisão e acção de indivíduos e organizações – objectivos e interesses, por exemplo – é considerada como um elemento-chave para intervir correctamente na cidade. Estratégias, políticas, planos e projectos são, assim, concebidos e aplicados, procurando racionalizar o funcionamento desses complexos territórios a que chamamos cidades.

No segundo caso (abordagem do pós-modernismo), a cidade é vista como um produto socialmente construído, como narrativas e conjuntos de imagens que importa desconstruir de forma a identificar os sistemas de valores, o tipo de conhecimentos e as dinâmicas de poder e interesse que lhes estão subjacentes. Ao contrário da abordagem anterior, são as ideias de cidade e os discursos que a produzem, e não a cidade como conjunto complexo de estruturas sobretudo materiais, que agora focalizam a atenção dos analistas.

É esta a tenaz, desenvolvida sobre os escombros das análises estruturalistas, que impede um entendimento mais proveitoso das cidades contemporâneas. Entre o racionalismo redutor dos primeiros e a esterilidade de acção dos segundos, esvai-se a capacidade colectiva de intervir estimulando pró-activamente a mudança, a inovação e o desenvolvimento urbano. Ora a abordagem cognitiva pode contribuir para superar esta situação.

A perspectiva cognitiva, com as suas diferentes variantes, tem vindo a ultrapassar os domínios científicos onde originariamente se desenvolveu (psicologia, ciências computacionais, linguística, neurociências, cf. Strube, 2001), influenciando hoje áreas tão distintas como a antropologia (Wassmann, 2001), as relações internacionais (Tonra, 2003) ou a economia (Picard, 2003). Poderão também os estudos urbanos beneficiar desta perspectiva (Ramadier, 2004)?

A abordagem cognitiva sublinha a necessidade de entender os contextos em que as diferentes decisões são tomadas e as várias acções

são desenvolvidas. Pressupõe, por isso, a análise do modo como valores, crenças, princípios e normas condicionam as decisões e acções de distintos agentes individuais e colectivos, através das expectativas, das concepções de identidade, dos papéis funcionais e dos comportamentos sociais que estimulam.

Mas a abordagem cognitiva não se limita a contribuir para um melhor entendimento da cidade. Ela produz, ao mesmo tempo, orientações úteis no sentido de capacitar indivíduos e organizações para a mudança. Deste ponto de vista, a questão que se coloca não é a de procurar factores explicativos para decisões e acções “correctas”, de modo a formular estratégias e políticas de intervenção urbana baseadas em hipóteses comportamentais de racionalidade perfeita dos agentes, como o faz a abordagem racionalista, ou a de desocultar os significados dos discursos e das práticas sociais que produzem a cidade, como sucede com os pós-modernistas. A questão que se coloca é, antes, a de entender os contextos que condicionam decisões e acções com impacte na evolução da cidade, de forma a suscitar eventuais alterações no que respeita aos sistemas de valores, crenças e normas que caracterizam esses contextos. A importância dos factores cognitivos e comportamentais e o reconhecimento de que a mudança implica a remoção – ou, numa linguagem schumpeteriana, a destruição criativa – de aspectos que constituem obstáculos cognitivos representam, assim, duas ideias-chave desta perspectiva.

Uma abordagem cognitiva da cidade começará, portanto, por identificar quais os valores, crenças e normas, implícitas ou explícitas, presentes nas decisões dos múltiplos agentes que, de forma tácita ou consciente, “fazem” diariamente a cidade. O investidor que decide a localização de um novo empreendimento, o adolescente que escolhe os seus espaços de convívio e lazer, o autarca ou o técnico que definem as regras de uso e ocupação de uma determinada área, o jovem casal que opta por uma nova casa, o sem-abrigo que marca o seu território, o agregado familiar que desenvolve uma complexa logística de gestão do espaço-tempo diário dos vários membros que o constituem, o cidadão que se opõe à construção de uma nova via ou que luta por mais espaços verdes, o imigrante que procura integrar-se num novo espaço de acolhimento, todos eles, ainda que de

forma muito distinta, “fazem” cidade. Uma cidade que ultrapassa, em muito, a componente dos planos, das infra-estruturas, dos projectos, das decisões político-administrativas e da legislação em vigor; uma cidade que acolhe comportamentos sociais muito distintos, que suscita significados sociais contrastados, que promove interações sociais diversificadas, em suma, uma cidade pensada a partir do quotidiano e marcada pela agitação social.

Ao mesmo tempo, a abordagem cognitiva da cidade permite reconhecer o papel que esta última pode desempenhar como território particularmente favorável à reflexividade dos seus habitantes e das organizações que aí se localizam. Neste caso, importa perceber em que medida podem as cidades constituir contextos propícios à criação de conhecimentos geradores de novas competências sociais, políticas, culturais e económicas. Por outras palavras, interessa entender como transformar a densidade e a diversidade de interações sociais características das cidades em processos de aprendizagem social que permitam que indivíduos e organizações explorem mais facilmente novas oportunidades, transformando possibilidades potenciais e vantagens latentes em projectos e actividades. Garantir, em suma, que a cidade estimule o desenvolvimento de meios favoráveis à emergência de novos mecanismos cognitivos baseados na partilha de valores, informação, conhecimentos, códigos e linguagens.

A visão cultural da cidade baseada numa abordagem cognitiva permite, assim, desenhar um novo roteiro de investigação e acção urbanas. Do ponto de vista analítico, conduz-nos ao conceito de urbanismo do quotidiano. Do ponto de vista instrumental, sugere a pertinência do conceito de cidade criativa. Do ponto de vista da acção, aponta-nos para o conceito de democracia deliberativa.

O urbanismo do quotidiano como foco analítico

Concordamos com Amin e Thrift (2002) quando defendem a necessidade de recuperar, de forma não nostálgica, a ideia de urbanismo do quotidiano através da adopção de uma visão não essencialista da cidade.

Nesta perspectiva, as cidades são entendidas não apenas como espaços morfo-funcionais mas também como lugares de práticas quotidianas, mobilidades e fluxos condicionados por regras,

convencções e instituições, formais e informais, de regulação e controlo, como espaços de circulação abertos ao exterior e cosmopolitas, e por isso favoráveis à diversidade de processos de socialização e de organização colectiva. Neste contexto, as “instituições leves” – locais de encontro como os cafés, os espaços verdes ou os estádios, redes informais, associações, etc. – constituem nós importantes de revelação e de transformação das cidades.

Não se trata, portanto, de recuperar o urbanismo do quotidiano próprio da cidade compacta histórica, geograficamente delimitada, estruturada a partir de lógicas de proximidade e organicamente constituída por comunidades de vizinhança. Trata-se, sim, de entender a cidade a partir dos quotidianos das distintas comunidades de necessidades, interesses e práticas que hoje nela habitam ou interferem, comunidades com tempos-espacos muito diversos, desde a autarcia dos excluídos à mobilidade dos que participam de forma activa em redes transnacionais.

O quotidiano de indivíduos e organizações constitui, assim, um foco central da análise urbana. E ao urbanismo do quotidiano deve caber um papel importante, afirmando-se como um referencial útil e partilhável pelas distintas áreas disciplinares que, de forma fragmentada, pensam hoje as cidades.

A cidade criativa como ideia mobilizadora da mudança

Conforme se salientou anteriormente, a visão cultural da cidade aqui adoptada sublinha o impacto dos factores cognitivos e comportamentais e a importância dos vários recursos culturais, físicos e imateriais, na evolução das cidades. O conceito de cidade criativa sugerido por Landry (2002) capta bem esta dupla preocupação.

Num livro muito estimulante, Landry desenvolve e ilustra longamente este conceito. Numa sociedade simultaneamente marcada pelo conhecimento e pela concorrência, a criatividade (cultural, tecnológica, social e política) surge como um elemento essencial de criação de valor e de valores (liderança, empreendedorismo, risco, visão, reflexividade, etc.) favoráveis à inovação. Ora, defende Landry, as estruturas e redes formais e informais que mais condicionam positivamente o potencial de criatividade concentram-se nas

idades, que assim se transformam em locais privilegiados de oportunidade e de aprendizagem.

Os indivíduos e as organizações, pela imaginação, talento e competências que possuem, constituem, por isso, o principal recurso das cidades. Da sua qualidade e da natureza das interações que estabelecem entre si depende a capacidade de explorar os distintos recursos culturais existentes. Aos planeadores urbanos deverá, portanto, caber a tarefa de contribuir para o reconhecimento, gestão e uso responsável desses recursos, tornando-os factores de qualidade de vida, competitividade económica e distinção local. E a sua tarefa será tanto mais eficiente quanto maior for a capacidade de se transformar cada cidade – isto é, diríamos nós, as várias comunidades que compõem cada uma das cidades – num espaço cooperativo de aprendizagem social, criatividade cívica e inteligência colectiva.

A cidade criativa é a cidade que funciona como verdadeiro espaço público, alimentado, em simultâneo, por lógicas de proximidade e pela conectividade de médio e longo alcance permitida pela mobilidade e pelas infra-estruturas de informação e comunicação. Reencontramos, assim, três aspectos recorrentemente referidos ao longo deste texto: competências, redes, inovação. E reencontramos, também, a ideia de cidade como espaço de intervenção particularmente favorável à mudança desde que compreendidas as características cognitivas e comportamentais dos diversos agentes, sejam eles indivíduos ou organizações.

Estimular a mudança nas cidades através da criatividade individual e cívica implica proporcionar a alteração dos quadros cognitivos de quem diariamente as faz, desfaz e refaz. É, portanto, necessário desenvolver procedimentos de mobilização e envolvimento desses múltiplos agentes de forma a suscitar decisões e acções que, influenciando políticas e alterando atitudes, concorram para a mudança urbana desejada.

Os princípios da democracia deliberativa como fonte de decisão e acção

Ao apontar formas concretas de aplicar os princípios da democracia deliberativa a decisões do quotidiano, James Fishking (1991) deu um passo decisivo para credibilizar e multiplicar as formas de participação de grupos de cidadãos com o

objectivo de influenciar decisões de política com impacto nas suas vidas diárias, presentes e futuras.

A expressão “democracia deliberativa” é proposta e desenvolvida por autores da ciência política, referindo-se a sistemas de decisão política baseados na participação cívica orientada para a construção de consensos em torno de questões consideradas relevantes para uma dada comunidade. Com um impacte particularmente significativo nos anos 90 (Dryzek, 2002; Silva, 2004), esta perspectiva procura superar as limitações das componentes representativa e participativa da democracia e os inconvenientes das tensões e conflitos que não raro se estabelecem entre elas. Pretende-se, assim, renovar a democracia através de debates públicos estruturados susceptíveis de qualificar decisões políticas com impacte no quotidiano dos cidadãos.

A adopção dos princípios da democracia deliberativa levou ao desenvolvimento de diversos métodos participativos baseados em práticas deliberativas inovadoras: painéis de cidadãos, *focus groups*, *workshops* de discussão de cenários, etc. Embora diversificados, todos estes métodos de apoio ao envolvimento e participação de cidadãos em processos de decisão capazes de influenciar políticas procuram alterar atitudes e comportamentos em relação às instituições e práticas da democracia, valorizando virtudes cívicas como a confiança, a participação e a responsabilidade. Constituem, assim, contextos de aprendizagem favoráveis ao desenvolvimento de novas competências sociais, culturais e políticas.

A ideia de que a governabilidade urbana pode ser enriquecida através de metodologias participativas que dêem voz a grupos representativos de cidadãos à luz dos princípios da democracia deliberativa é hoje amplamente reconhecida, tanto do ponto de vista teórico (Healy, 1997; Vasconcelos, Baptista e Henriques, 2002) como prático (planeamento estratégico, orçamento participativo, etc.), sendo até possível avaliar empiricamente as suas limitações tendo por base experiências desenvolvidas em contextos políticos e institucionais muito distintos.

Mas mais do que uma análise das virtualidades e limitações das diversas metodologias participativas, que obedecem a regras técnicas tendencialmente universais, interessa perceber a importância que a mobilização integrada da

tetralogia “abordagem cognitiva – urbanismo do quotidiano – cidade criativa – democracia deliberativa” pode ter para uma visão cultural do presente e do futuro das cidades contemporâneas capaz de suscitar novas formas de nelas intervir. É esse o repto lançado neste texto.

Partilhar referenciais: um apelo aos colegas das ciências sociais

A exploração da tetralogia que sustenta a visão cultural da cidade que aqui se propõe como alternativa ao relativo vazio pós-estruturalista actualmente cercado pela tenaz do racionalismo científico e do pós-modernismo, pressupõe a construção de pontes complexas: entre as áreas disciplinares de tradição morfo-funcional e as ciências sociais; entre as metodologias extensivas e de natureza quantitativa e as metodologias intensivas e qualitativas; entre os instrumentos de análise, os processos de participação e as propostas de acção.

A localização destas três pontes – ou seja, as margens que importa integrar e compatibilizar – há muito que está identificada. Mas o seu desenho – isto é, as soluções concretas a adoptar – não poderão deixar de levar em conta os atributos das cidades contemporâneas e do conhecimento que sobre elas actualmente detemos e produzimos.

Faça à crescente complexidade urbana e à acentuada fragmentação dos saberes e dos discursos relativos às cidades, torna-se imperioso criar referenciais conceptuais e metodológicos partilháveis.

Ora as ciências sociais possuem um património valioso para ajudar a cumprir esta difícil agenda de aproximação. Conceitos como redes

sociais, capital social, *empowerment* e governança, embora de operacionalização nem sempre evidente, são facilmente mobilizáveis para esta tarefa. E o mesmo se poderá afirmar, por exemplo, em relação às múltiplas metodologias participativas e deliberativas a que algumas das ciências sociais recorrem habitualmente. As ciências sociais parecem, assim, particularmente bem colocadas para contribuir para a superação de algumas das deficiências estruturais das áreas de tradição morfo-funcional.

Ao mesmo tempo, contudo, a crítica – justa – à reificação do espaço, aos determinismos de tipo geográfico ou às visões essencialistas do território tem dificultado a incorporação, pelas ciências sociais, das dinâmicas territoriais como factores constitutivos da mudança social. E, por outro lado, o contributo destas ciências para a formulação de políticas (urbanas, neste caso) e para a avaliação da sua aplicação e dos seus efeitos é ainda bastante deficitário. Por exemplo, Monahan (2002:179) reconhece, a este propósito e no contexto dos estudos urbanos em Los Angeles, que “a tradução de políticas em formas espaciais e a negociação cultural dessas formas é difícil de documentar e teorizar”.

A ideia de cidade como agitação social, sustentada simbolicamente na metáfora da bicicleta e apoiada analiticamente na defesa da adopção de uma visão cultural da cidade, constitui um convite aos colegas das várias ciências sociais para que contribuam criativamente para aumentar a nossa literacia urbana, tanto do ponto de vista analítico como propositivo, redignificando as cidades como objecto de estudo e praticando a comunicação disciplinar como valor científico. Aguardemos, depois, a reacção por parte dos colegas dos domínios de tradição morfo-funcional...

Referências bibliográficas

- AMIN, Ash e THRIFT, Nigel (2002), *Cities. Reimagining the Urban*, Cambridge: Polity.
- BORJA, Jordi (2003), *La Ciudad Conquistada*, Madrid: Alianza Editorial.
- DRYZECK, John S. (2002), *Deliberative Democracy and Beyond. Liberals, Critics, Contestations*, Oxford: Oxford University Press.
- FERRÃO, J., 2004, “Las Regiones Metropolitanas como comunidades imaginadas: Vivencias, discursos, acción”, *Revista Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, n.º 141-142.
- FISHKING, J., 1991, *Democracy and Deliberation. New Directions for Democratic Reforms*. New Haven, Yale University Press.
- GRAHAM, S. e MARVIN, S., 2001, *Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- HEALY, P., 1997, *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Worlds*, Londres, Macmillan.
- LANDRY, C., 2002, *The Creative City. A Toolkit for Urban Innovators*, Near Stroud: Comedia e Londres: Earthscan (3.ª edição; 1.ª edição, 2000).
- MONAHAN, T., 2002, “Los Angeles Studies: The emergence of a specialty field”, *City & Society*, Vol. XIV, n.º 2, pp. 155-184.
- NUSSBAUMER, J. e MOULAERT, F., 2004, “Integrated Area Development and social innovation in European cities. A cultural focus”, *City*, Vol. 8, n.º 2, pp. 249-257.
- PICARD, F., 2003, “Compétences et processus cognitifs: l’apport de la cartographie cognitive à la formalisation des compétences économiques des agents”, *Économies et Sociétés, Série Dynamiques technologique et organisation*, W, n.º 7, 4, pp. 671-694.
- RAMADIER, T., 2004, “Transdisciplinarity and its challenges: the case of urban studies”, *Futures*, Volume 36, Issue 4, pp. 423-439.
- SILVA, F. C., 2004, *Democracia deliberativa: Avaliando os seus limites*, Oficina do CES n.º 203, <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/203/203.php>
- STRUBE, G., 2001, “Cognitive Science: Overview” in NEIL J. SMELSER e BALTES, P. B. (eds) *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, Volume 3, Oxford: Elsevier, pp. 2158-2166.
- TONRA, B., 2003, “Constructing the CFSP: The utility of a cognitive approach”, *Journal of Common Market Studies*, Volume 41, n.º 4, pp. 731-756.
- VASCONCELOS, L. T., BAPTISTA, I. e HENRIQUES, T. R., 2002, “Sustainability at the local level. Intellectual, social and political capital building”, comunicação apresentada na Conferência AESOP *Planning and Regional Issues in the Border Regions*, Julho 1-15, Volos, Grécia.
- WASSMANN, J., 2001, “Cognitive Anthropology” in NEIL J. SMELSER e BALTES P. B. (eds) *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, Volume 3, Oxford: Elsevier, pp. 2080-2084.
- www.deliberative-democracy.net